ATA DA 30ª (TRIGÉSIMA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – CEDD/GO. Aos vinte e seis dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis, às 14 horas e 15 minutos, realizou-se a 30ª (Trigésima) Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Goiás – CEDD/GO, em formato virtual, por meio da plataforma Microsoft Teams, mediante o link disponibilizado para participação dos conselheiros. O Presidente do CEDD/GO, Sr. Audier Silva Gomes, cumprimentou e agradeceu a presença de todos e todas e, após a verificação das presenças e a constatação da existência de quórum regimental, declarou aberta a sessão, dando início aos trabalhos da 30ª Reunião Ordinária. Registraram-se as presenças dos seguintes Conselheiros Titulares: 1. Audier Silva Gomes – Presidente – Representante da Política Estadual de Turismo; 2. Aldenor Carneiro dos Santos – Vice-Presidente – Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Visual – ADVEG; 3. Camila Inácia da Mata Marques – Secretária-Geral – Representante da Política Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD/GO; 4. Patrícia Gomes Fleuri Cunha – Representante da Política Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI/GO; 5. Wilma Aparecida Duarte de Melo – Representante da Política Estadual de Assistência Social – SEDS/SUAS; 6. Cairo José Guimarães – Representante da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Goiás – OAB/GO; 7. Róger Danillo Barcellos Santos Medeiros – Representante do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/GO; 8. Berlânia Sandra Gonçalves – Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Auditiva – AMDASGO; 9. Elizabeth Mendes Ramos – Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Física – AOG; 10. Carlos Eduardo Alves e Souza – Representante das Entidades Não Governamentais Prestadoras de Serviços às Pessoas com Deficiência – Vila São Cottolengo; 11. Sweyka Brandão – Representante da Política Estadual de Cultura – SECULT/GO; 12. Hélio Fogaça da Silva – Representante da Política Estadual de Atenção à Pessoa com Deficiência – SEDS/GIPD; 13. Mary Milane Pena Nedino – Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Intelectual – FEPestalozzi – Federação das Associações Pestalozzi do Estado de Goiás; 14. Andrea Gutierres Mesquita Gonçalves – Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Intelectual – APABB. Registrou-se a presença do Conselheiro Suplente em substituição ao titular: 15. Aílton Rocha da Silva, representante da Política Estadual de Orçamento e Finanças Públicas – ECONOMIA/GO. Ausência de 11 (Onze) conselheiros titulares e/ou suplentes. Foram apresentadas justificativas de ausência pelas Conselheiras Suely Marques Rosa – Representante da Política Estadual de Saúde – GAE/SPAIS/SES/GO; e Ana Paula de Carvalho Ferreira Fernandes – Representante da Política Estadual de Planejamento e Desenvolvimento – ECONOMIA/GO – GEPLAN/GO. Registraram-se, também, as presenças dos Conselheiros Suplentes Maria Goreti da Silva Rodrigues – Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Física – AOG; Eliezer Rangel Cordeiro – Representante das Entidades Não Governamentais Prestadoras de Serviços às Pessoas com Deficiência – AGIR/TEA; e Warleysclene da Silva Santos – Representante da Política Estadual de Atenção à Pessoa

com Deficiência – SEDS/GIPD. Participaram, ainda, como convidados, Lorena Pinheiro de Bastos Moura, Presidente da Associação de Visão Monocular do Estado de Goiás – AVMGO; Leonardo André Silva Rasmussen, Presidente da Associação dos Surdos de Goiás; e Januário Pereira do Couto, Presidente da ACELGO. Registrou-se, também, a presença de representante do Ministério Público de Contas junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás – MPC/TCM-GO, Sra. Catharina Ramos Caiado Caixeta. Participaram, ainda, representantes dos Conselhos Municipais dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de Goiás, sendo: Maria Auxiliadora da Silva Sousa, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD de Minaçu/GO; e Janielly Moscôso, representante do CMDPD de Cristalina/GO. Com o objetivo de assegurar a acessibilidade comunicacional durante a reunião, foram disponibilizadas as intérpretes de Língua Brasileira de Sinais – Libras, Bianca Rabelo Nunes e Helena Vitória Sene dos Santos, profissionais habilitadas e vinculadas à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDS, responsáveis pela tradução dos conteúdos apresentados durante os trabalhos. Secretariaram os trabalhos da Mesa Diretiva a Secretária Executiva do CEDD/GO, Edilma Sales dos Santos, e os servidores Jesuíta Socorro Silva e Maurício Marinho de Jesus. Ato contínuo, o servidor Maurício Marinho de Jesus procedeu à leitura da Ordem do Dia, composta pelos seguintes itens: PAUTA; I. Abertura dos trabalhos e verificação de quórum; II. Comunicações da Presidência; III. Ordem do Dia: a) Apreciação e aprovação da Ata da 29ª (Vigésima Nona) Reunião Ordinária do CEDD/GO, realizada em 24 de junho de 2026; b) Exposição do Gerente Hélio Fogaça da Silva, da GIPD/SEDS-GO, com apresentação de informações sobre os serviços de intérpretes de Libras, incluindo o ComLibras, bem como orientações quanto aos procedimentos para solicitação e utilização desses serviços; c) Exposição das conselheiras Andréa Gutierres, Elizabeth Mendes e Ana Paula de Carvalho, acerca da sistematização das propostas e contribuições coletadas junto aos Conselhos Municipais dos Direitos da Pessoa com Deficiência e às entidades que atuam na defesa e promoção dos direitos das pessoas com deficiência, com o objetivo de subsidiar a elaboração da proposta final do CEDD/GO para o Plano Estadual de Políticas para a Pessoa com Deficiência; IV. Expediente e manifestações dos(as) Conselheiros(as) presentes; V. Encerramento dos trabalhos. Dando continuidade, o Presidente, Sr. Audier Silva Gomes, informou que a pauta da reunião foi previamente disponibilizada no grupo de comunicação do CEDD/GO, encaminhada aos Presidentes dos Conselhos Municipais dos Direitos da Pessoa com Deficiência e divulgada por correio eletrônico, garantindo ampla publicidade e acesso às matérias a serem apreciadas pelo Plenário. Na sequência, informou que a reunião seria realizada exclusivamente em formato virtual, considerando a deliberação da Mesa Diretiva. O Presidente comunicou, ainda, que se encontrava em Brasília/DF, participando de reunião do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONAD, e registrou seus agradecimentos ao Governo do Estado de Goiás, em especial à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDS/GO por tornar possível a participação do CEDD/GO na reunião ordinária do Conselho Nacional. Destacou a importância dessa

participação para a representação do Estado de Goiás em âmbito nacional e para o fortalecimento da articulação entre os Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos da Pessoa com Deficiência, bem como para sua atuação na Coordenação-Geral do Fórum Brasileiro dos Conselhos Estaduais dos Direitos da Pessoa com Deficiência – FORBRASCE. Em seguida, informou ao Plenário que já se encontrava em discussão a realização da VI Conferência dos Direitos da Pessoa com Deficiência, cujas etapas municipal, estadual e nacional estão previstas para ocorrer, respectivamente, entre março e junho de 2027, de 2 de agosto a 30 de novembro de 2027 e em maio de 2028. Ressaltou a importância da participação dos(as) Conselheiros(as) e Presidentes das Comissões na organização das Conferências, informando que serão realizadas reuniões para definição das atribuições, responsabilidades e respectivas tarefas, visando assegurar a participação efetiva do CEDD/GO no processo. Por fim, o Presidente informou que participaria somente da primeira parte da reunião, em razão de sua participação no CONADE, e que, posteriormente, os trabalhos seriam conduzidos pelo Vice-Presidente do CEDD/GO, Sr. Aldenor Carneiro dos Santos. Dando prosseguimento à Ordem do Dia, o Presidente, Sr. Audier Silva Gomes, submeteu à apreciação do Plenário a Ata da 29ª (Vigésima Nona) Reunião Ordinária do CEDD/GO, realizada em 24 de junho de 2026. Na oportunidade, os(as) Conselheiros(as) foram consultados(as) quanto à necessidade de inclusão, supressão ou alteração de qualquer ponto do documento, bem como acerca de eventual manifestação contrária à sua aprovação ou intenção de abstenção. Não havendo manifestações, ressalvas, pedidos de alteração ou objeções, a Ata da 29ª Reunião Ordinária foi submetida à votação e aprovada pela maioria dos(as) Conselheiros(as) presentes. Na sequência, o Presidente passou a palavra ao Gerente Hélio Fogaça da Silva, da Gerência de Inclusão da Pessoa com Deficiência – GIPD/SEDS-GO, para apresentação de informações acerca dos serviços de intérpretes de Libras disponibilizados no âmbito da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDS/GO, bem como sobre os procedimentos para solicitação e utilização desses serviços. O Gerente Hélio Fogaça da Silva cumprimentou os(as) Conselheiros(as) e, inicialmente, apresentou um breve contexto acerca da organização dos serviços de interpretação em Libras. Informou que assumiu a Gerência de Inclusão da Pessoa com Deficiência em 31 de julho de 2024 e que, naquele momento, a unidade contava com dois servidores que atuavam nos serviços de interpretação de Libras atendendo também o CEDD/GO. Relatou que, anteriormente à sua gestão, o então Gerente, Dr. André Jonas, havia iniciado processo administrativo visando à contratação de empresa especializada para prestação de serviços de interpretação de Libras no âmbito da Secretaria. Esclareceu que, durante a tramitação do processo, houve alteração da fonte de recursos, que inicialmente seria proveniente do PROTEGE e posteriormente passou a ser custeada pelo Tesouro Estadual, tendo o contrato sido formalizado em fevereiro de 2025. Que, a partir de fevereiro de 2025, a empresa ComLibras, vencedora do processo licitatório, passou a organizar e prestar os serviços de interpretação de Libras para a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, abrangendo as demandas da Secretaria, do CEDD/GO e de suas Comissões, conforme as condições estabelecidas

no contrato. Esclareceu que, nos casos de atividades e demandas vinculadas às entidades e aos serviços da Secretaria, a Gerência também conta com servidores próprios, inclusive profissionais contratados especificamente para atuação como intérpretes de Libras, além de outros servidores que possuem conhecimento em Libras e que, conforme a necessidade e a disponibilidade, podem contribuir para o atendimento das demandas. Acrescentou que, no ano anterior, foi realizado processo de seleção de intérpretes de Libras, tendo sido selecionados sete profissionais, dos quais dois foram contratados para integrar a equipe da Gerência de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Ressaltou que esses profissionais atuam diretamente nas demandas da Gerência, sem prejuízo da utilização dos serviços contratados por meio da empresa especializada. O Gerente informou, ainda, que o contrato firmado com a empresa dispõe de recursos específicos superiores a R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para execução dos serviços pelo período de dois anos. Destacou que, desde sua implementação, os serviços de interpretação de Libras vêm sendo utilizados nas diversas ações promovidas pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, abrangendo diferentes políticas públicas e atividades institucionais. Relatou que, no segundo semestre do ano anterior, em razão da transferência de determinadas ações que anteriormente estavam sob responsabilidade do Gabinete de Promoção Social – GPS, passou a fazer parte da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, houve ampliação das demandas relacionadas à interpretação de Libras, inclusive para a abertura e acompanhamento de eventos e atividades realizadas na Região Metropolitana, bem como para outros serviços vinculados à Secretaria. Informou que as profissionais intérpretes também participaram das conferências realizadas no ano anterior, de capacitações relacionadas à política da criança e do adolescente e de atividades de formação realizadas com os municípios goianos. Acrescentou que, no exercício corrente, as intérpretes já participaram de cinco capacitações relacionadas à área da criança e do adolescente e vêm participando das capacitações voltadas à política da pessoa idosa, mencionando, como exemplo, atividade realizada no município de Anápolis, destinada aos municípios da microrregião dos Pireneus. Ressaltou que a prestação dos serviços de interpretação de Libras está vinculada às demandas previstas no contrato e às atividades desenvolvidas pela Secretaria, sendo observadas as condições estabelecidas no instrumento contratual. Informou, ainda, que o contrato tem vigência até fevereiro de 2027 e que a Secretaria já está avaliando a possibilidade de realização de novo processo licitatório para continuidade dos serviços, não havendo, neste momento, definição quanto à permanência da atual empresa prestadora. Esclareceu que, no âmbito de um eventual novo contrato, será analisada a possibilidade de inclusão de termos aditivos e de outras condições que permitam ampliar ou aperfeiçoar a prestação dos serviços, considerando as necessidades identificadas durante a execução do contrato vigente. No que se refere especificamente ao CEDD/GO, informou que, diante da existência de dois servidores intérpretes vinculados à Gerência de Inclusão da Pessoa com Deficiência, as reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho, bem como as reuniões de suas Comissões, poderão contar com o atendimento de interpretação em Libras, observadas as demandas

e a disponibilidade dos profissionais. Na sequência, o Gerente abordou a questão da denominada Central de Libras, esclarecendo que esse tema havia sido incluído entre as demandas discutidas anteriormente pelo Conselho e que, por essa razão, havia solicitado a retificação da informação constante do primeiro documento encaminhado. Esclareceu que o Estado de Goiás, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, não dispõe atualmente de uma Central de Libras nos moldes mencionados, contando, com serviços de interpretação prestados por empresa contratada. Informou que não possuía, naquele momento, informação oficial acerca da existência de serviço denominado Central de Libras mantido pelo Município de Goiânia, ressaltando que essa informação deveria ser confirmada junto ao próprio Município. Acrescentou que outras áreas do Governo do Estado também disponibilizam serviços relacionados à acessibilidade e à comunicação em Libras, citando, como exemplo, a área da educação, que conta com o Núcleo de Atendimento ao Surdo – NAS, responsável, entre outras atividades, pela oferta de cursos e serviços de atendimento à comunidade surda. Por fim, destacou que outras Secretarias de Estado também podem dispor de serviços e profissionais com conhecimento em Libras, mencionando, especialmente, as áreas da assistência social e da educação, e colocou-se à disposição do Plenário para prestar os esclarecimentos e responder às dúvidas acerca dos serviços de interpretação de Libras e das formas de solicitação e utilização desses serviços. Na sequência, o Vice-Presidente, Sr. Aldenor Carneiro dos Santos, prestou esclarecimentos acerca da menção à Central de Libras, ressaltando que a solicitação apresentada pelo Gerente Hélio Fogaça da Silva para correção da informação constante do edital foi pertinente. Esclareceu que, segundo informações recebidas à época em que o Sr. André Jonas estava à frente da Gerência de Inclusão da Pessoa com Deficiência, havia um processo em tramitação no âmbito da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDS/GO, com a finalidade de criação de uma Central de Comunicação Inclusiva. Informou que, conforme as informações então apresentadas, a proposta estaria relacionada à criação de uma estrutura voltada à prestação de serviços de comunicação inclusiva, inicialmente compreendida como uma Central de Libras, destinada a oferecer suporte às ações do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CEDD/GO, às atividades da Governadoria e às demandas das demais Secretarias de Estado. O Vice-Presidente esclareceu que essa teria sido a razão pela qual a referência à Central de Libras constou entre os assuntos anteriormente relacionados, destacando que o objetivo era apenas registrar uma iniciativa que, segundo as informações disponíveis à época, estaria em tramitação, não havendo qualquer intenção de atribuir à Secretaria uma estrutura ou serviço que atualmente não esteja formalmente instituído. Na oportunidade, o Vice-Presidente registrou, ainda, seu agradecimento à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDS/GO pelo apoio e suporte que vem sendo prestado ao CEDD/GO, especialmente para a realização das reuniões do Conselho e para o atendimento das demandas relacionadas à acessibilidade e à participação das pessoas com deficiência. Na sequência, o Vice-Presidente, Sr. Aldenor Carneiro dos Santos, agradeceu a explanação apresentada pelo Gerente Hélio Fogaça da Silva e franqueou a

palavra indagando se havia algum questionamento, observação ou manifestação a respeito das informações apresentadas acerca dos serviços de interpretação de Libras e das demais questões abordadas durante a exposição. A Conselheira Berlania manifestou-se acerca da oferta de serviços de interpretação de Libras no âmbito do Município de Goiânia. Relatou que, anteriormente, eram disponibilizados serviços presenciais de interpretação, inclusive para acompanhamento de pessoas surdas em atendimentos de saúde, consultas médicas e outras situações que demandavam comunicação acessível. Destacou que, em sua avaliação, permanece necessária a oferta de serviços de interpretação de Libras na modalidade presencial, não se restringindo ao atendimento por videochamada, considerando que essa modalidade, embora possa representar uma alternativa para pessoas surdas residentes em outros municípios, nem sempre apresenta qualidade suficiente para assegurar uma comunicação plena e efetiva. Ressaltou que, para as pessoas surdas residentes em Goiânia e em Aparecida de Goiânia, o atendimento presencial se mostra especialmente relevante, por possibilitar o acompanhamento direto em diferentes situações que exigem comunicação adequada e acessível. A Conselheira destacou, ainda, que, embora sejam frequentemente anunciadas iniciativas e políticas públicas voltadas à inclusão das pessoas surdas, muitas dessas ações não se concretizam de forma suficiente, permanecendo parte da população surda sem acesso regular a serviços de interpretação, seja na modalidade presencial ou por meio de videochamada. Nesse sentido, defendeu a implementação e o fortalecimento de políticas públicas que assegurem o acesso efetivo das pessoas surdas aos serviços de interpretação de Libras, especialmente para acompanhamento em instituições bancárias, delegacias, unidades de saúde, consultas médicas e demais estabelecimentos e serviços públicos ou privados nos quais seja necessária a comunicação acessível. Por fim, enfatizou que o atendimento presencial por intérpretes de Libras constitui recurso de grande importância para garantir autonomia, acessibilidade, inclusão e efetivo exercício dos direitos das pessoas surdas. Em resposta ao primeiro questionamento, o Gerente Hélio Fogaça da Silva manifestou sua concordância com as considerações apresentadas pela Conselheira representante da comunidade surda, ressaltando a importância da disponibilização de serviços de interpretação de Libras para assegurar o acesso das pessoas surdas aos serviços públicos e privados e o pleno exercício de seus direitos. Destacou, ainda, a importância de o CEDD/GO fortalecer a articulação junto aos Conselhos Municipais dos Direitos da Pessoa com Deficiência, de modo que estes possam acompanhar e cobrar dos órgãos responsáveis pela política da pessoa com deficiência, nos respectivos municípios, a oferta de serviços de interpretação de Libras. Ressaltou que, na inexistência de órgão específico responsável pela política da pessoa com deficiência, os Conselhos Municipais devem buscar a articulação com a Secretaria à qual essa política esteja vinculada, especialmente a área da assistência social, para que sejam adotadas providências destinadas à disponibilização do referido serviço. O Gerente enfatizou que a presença de intérpretes de Libras é fundamental para garantir o acesso da comunidade surda a atendimentos de saúde, serviços bancários, órgãos públicos e outras situações que demandem comunicação acessível, considerando que não é razoável que uma

pessoa surda necessite acessar esses serviços sem o devido acompanhamento e suporte de comunicação. No que se refere à educação, informou que tanto os Municípios quanto o Estado dispõem de mecanismos de suporte e atendimento à comunidade surda, mas destacou a necessidade de ampliar e fortalecer as políticas públicas nessa área. Ressaltou, para tanto, a importância da articulação com os Poderes Executivo e Legislativo, visando à definição de políticas, à garantia de recursos orçamentários e à criação e disponibilização de cargos e profissionais especializados, inclusive por meio de concursos públicos específicos, de modo a assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços de interpretação de Libras. Na sequência, o Gerente chamou a atenção para a necessidade de ampliar a participação da comunidade surda nas atividades, capacitações, seminários e demais eventos promovidos pelos órgãos governamentais. Informou que, desde o início da atuação da empresa ComLibras, os eventos realizados pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social têm contado com a disponibilização de intérpretes de Libras. Contudo, observou que a participação efetiva da comunidade surda nesses eventos ainda tem sido reduzida. Como exemplo, mencionou a realização de seminário relacionado à área do meio ambiente, no qual não teria sido registrada participação significativa da comunidade surda, bem como uma capacitação voltada à política da pessoa idosa, realizada no dia anterior, que também não contou com a participação de representantes da comunidade surda. Citou, ainda, a ocorrência de situações semelhantes em algumas conferências e demais atividades promovidas pelos órgãos públicos. Nesse sentido, ressaltou que a participação da comunidade surda nos eventos promovidos pelas Secretarias de Governo é fundamental para que as demandas dessa população sejam efetivamente apresentadas, conhecidas e incorporadas ao planejamento das políticas públicas. Destacou que a presença da comunidade contribui para evidenciar a necessidade de manutenção e ampliação da oferta de profissionais intérpretes de Libras nos serviços públicos. Por fim, reiterou que a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social vem disponibilizando serviços de interpretação de Libras nos eventos de sua responsabilidade, mas enfatizou que é igualmente necessário que a comunidade surda participe ativamente das atividades promovidas pelos órgãos públicos, tanto no âmbito estadual quanto municipal, fortalecendo o diálogo, o controle social e a construção conjunta de políticas públicas de acessibilidade e inclusão. Na sequência, a Secretária Executiva do CEDD/GO, Sra. Edilma Salles dos Santos, questionou o Gerente Hélio Fogaça da Silva se os convites e as programações dos eventos promovidos pela SEDS/GO e pelas demais Secretarias de Estado estão sendo encaminhados aos e-mails institucionais das entidades representativas da comunidade surda, com a devida informação sobre a disponibilização de intérpretes de Libras nos eventos. Em resposta, o Gerente Hélio Fogaça da Silva esclareceu que a divulgação dos eventos depende, em grande medida, dos respectivos organizadores. Relatou que a Gerência de Inclusão da Pessoa com Deficiência tem buscado estabelecer parcerias com a comunidade surda, mencionando sua participação, juntamente com alguns Conselheiros, na primeira Conferência Livre da Criança e do Adolescente, bem como a realização de curso de formação, prevista para setembro, em

parceria com a comunidade, nas dependências do Laboratório do UniSocial. Ressaltou que, sempre que procurada, a Gerência busca atender às demandas apresentadas pela comunidade. Sugeriu que as entidades e os órgãos governamentais ampliem a divulgação de suas ações e serviços no grupo de comunicação do CEDD/GO, considerando que o Conselho é um espaço colegiado de articulação e divulgação das iniciativas voltadas às pessoas com deficiência. Por fim, ponderou que a divulgação das ações das entidades no grupo do Conselho poderia contribuir para ampliar a participação e o conhecimento das atividades pela sociedade. Esclareceu, contudo, que em algumas ocasiões houve questionamentos quanto à divulgação de determinadas ações no referido grupo, razão pela qual passou a adotar cautela quanto ao compartilhamento dessas informações. Na sequência, a Secretária Executiva do CEDD/GO, Sra. Edilma Salles dos Santos, destacou a importância de ampliar a divulgação dos eventos e serviços promovidos pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDS/GO e pelas demais Secretarias, utilizando, além dos grupos de comunicação, outros meios, especialmente o encaminhamento de informações aos e-mails institucionais das entidades representativas da comunidade surda. Ressaltou que a divulgação por diferentes canais de comunicação poderá contribuir para que as informações alcancem maior número de pessoas e entidades, considerando as dificuldades de comunicação enfrentadas pela comunidade surda. Observou que a ausência de participação em determinados eventos pode estar relacionada à falta de acesso às informações ou à insuficiência da divulgação. Nesse sentido, sugeriu a articulação entre a Gerência de Inclusão da Pessoa com Deficiência, a SEDS/GO, as entidades e instituições representativas, o CEDD/GO e os Conselhos Municipais dos Direitos da Pessoa com Deficiência, com o objetivo de ampliar a divulgação das ações e estimular a participação da comunidade surda. A Secretária Executiva destacou, ainda, a importância da articulação com os Poderes Executivos Municipais e com os Conselhos Municipais, considerando seu papel na divulgação e no acompanhamento das políticas públicas destinadas às pessoas com deficiência. Por fim, mencionou as dificuldades enfrentadas por alguns Conselhos Municipais para seu pleno funcionamento, especialmente em razão da ausência de Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, devidamente criado e regulamentado, ressaltando que a inexistência de recursos próprios pode dificultar a articulação e a execução de ações pelos Conselhos. Na sequência, o Gerente Hélio Fogaça da Silva solicitou a palavra para responder à manifestação da Secretária Executiva do CEDD/GO, Sra. Edilma Salles dos Santos. O Vice-Presidente, Sr. Aldenor Carneiro dos Santos, autorizou a manifestação, ressaltando que o diálogo estava transcorrendo de forma adequada e que não faria intervenções naquele momento, permitindo a continuidade dos esclarecimentos. Em sua manifestação, o Gerente Hélio Fogaça da Silva declarou concordar com os apontamentos apresentados, mas ressaltou a existência de críticas relacionadas ao Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CEDD/GO no que se refere à divulgação das ações e atividades voltadas às pessoas com deficiência. Informou que a Gerência de Inclusão da Pessoa com Deficiência –

GIPD/SEDS-GO mantém articulação com os gestores municipais, dispondo de grupos de comunicação destinados aos gestores, bem como aos presidentes e vice-presidentes dos Conselhos Estaduais e Municipais. Relatou que também foi criado um grupo de apoio às políticas públicas da pessoa com deficiência, integrado por secretários municipais, técnicos da assistência social e secretários executivos dos Conselhos Municipais dos Direitos da Pessoa com Deficiência, dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Assistência Social, considerando que, em alguns municípios, essas funções são exercidas pelo mesmo representante. Esclareceu que, por meio desses canais, são divulgadas as ações, eventos, capacitações e demais atividades promovidas pela Gerência, inclusive junto às entidades representativas. Como exemplo, mencionou a participação da intérprete de Libras Bianca, que tem contribuído para a divulgação das atividades e eventos realizados pela SEDS/GO junto à comunidade surda. O Gerente destacou que a Gerência tem buscado manter uma comunicação ativa e promover a divulgação de suas ações. Nesse contexto, Hélio Fogaça da Silva destacou a necessidade de ampliar e fortalecer a divulgação, pelo CEDD/GO, das ações desenvolvidas pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDS/GO e pelas demais Secretarias de Estado, especialmente no que se refere às comunicações, ofícios, convites e demais informações encaminhadas ao Conselho. Ressaltou a importância de que tais conteúdos sejam devidamente compartilhados com o colegiado, de modo a assegurar que os(as) Conselheiros(as) tenham conhecimento das ações e possam acompanhar, participar e contribuir com as iniciativas relacionadas à garantia dos direitos da pessoa com deficiência. Destacou, ainda, a importância da divulgação, pela Comissão de Estudo e Legislação, das leis, projetos, matérias e demais temas que demandem análise, emissão de parecer e deliberação do Conselho, possibilitando maior participação dos(as) Conselheiros(as) nas discussões e decisões do colegiado. Ressaltou, igualmente, que, sempre que o Conselho recebe solicitações para indicação de representantes ou Conselheiros(as) para participação em eventos, reuniões, atividades e demais ações institucionais, essas informações são compartilhadas com todo o colegiado, possibilitando a manifestação e a participação dos(as) demais Conselheiros(as), para além dos integrantes da Mesa Diretora. Por fim, o Gerente Hélio Fogaça da Silva mencionou a proposta de realização de formação destinada aos(às) Conselheiros(as), com o objetivo de ampliar e aprimorar os conhecimentos acerca das atribuições, responsabilidades e do papel dos integrantes do colegiado. Destacou a importância de fortalecer a compreensão dos(as) Conselheiros(as) sobre o funcionamento, as competências e a finalidade de um Conselho de Direitos, contribuindo para o exercício mais qualificado de suas funções e para o fortalecimento institucional do CEDD/GO. Na oportunidade, informou que, em conversa com o Conselheiro Cairo José Guimarães, presente na reunião, havia ressaltado a necessidade de esclarecer as questões relacionadas aos intérpretes de Libras e à denominada Central de Libras, com o propósito de evitar dúvidas e estabelecer maior clareza sobre o assunto. O Gerente comunicou, ainda, que, em razão de outras atividades e compromissos, seu suplente estará acompanhando as próximas reuniões do CEDD/GO. Na oportunidade, manifestou

insatisfação com a atuação do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, ressaltando possuir aproximadamente quinze anos de experiência na atuação em conselhos e reconhecer a importância desses espaços para a formulação, acompanhamento e fortalecimento das políticas públicas. Ressaltou, contudo, que determinadas ações somente podem avançar de forma efetiva quando existe atuação articulada entre o Conselho e os órgãos responsáveis pela execução das políticas públicas. Nesse sentido, afirmou que, em sua avaliação, o CEDD/GO ainda não teria estabelecido, de forma suficiente, uma atuação conjunta com a área técnica, destacando a necessidade de maior integração institucional. Como exemplo, mencionou as capacitações realizadas pela GIPD/SEDS-GO no ano anterior e questionou a participação do CEDD/GO na divulgação dessas atividades junto aos Conselhos Municipais. Relatou que, em determinada ocasião, o Conselho realizou reunião com os Conselhos Municipais na mesma data em que ocorria uma capacitação promovida pela Gerência, o que teria dificultado a participação dos representantes municipais. Destacou, ainda, a atuação do Ministério Público como parceiro na divulgação das capacitações, informando que foram encaminhados ofícios às comarcas dos municípios onde seriam realizadas as formações. Ressaltou, nesse contexto, que considerava importante que o próprio Conselho Estadual, por estar vinculado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDS/GO, também atuasse de forma mais efetiva na divulgação e mobilização dos Conselhos Municipais. Prosseguindo, o Gerente Hélio Fogaça da Silva ressaltou que o fortalecimento da política estadual da pessoa com deficiência depende da existência de um colegiado atuante, participativo e integrado com os demais órgãos e instituições envolvidos na área. Destacou a necessidade de ampliar a participação do Conselho nas ações e de fortalecer o trabalho conjunto entre o colegiado e a área técnica. Ressaltou, ainda, que tem adotado cautela para não priorizar ou direcionar as ações exclusivamente para segmentos específicos da população com deficiência. Informou que, para o desenvolvimento de seu trabalho, tem buscado estabelecer e fortalecer parcerias com diferentes segmentos e instituições, considerando que o fortalecimento de uma categoria isoladamente não é suficiente para o avanço da política de direitos da pessoa com deficiência. Por fim, destacou a importância de fortalecer a base familiar, ressaltando que a família possui papel fundamental na garantia de direitos e no desenvolvimento das pessoas com deficiência e que o fortalecimento das políticas públicas deve considerar também o apoio e a participação das famílias. Na sequência, o Vice-Presidente, Sr. Aldenor Carneiro dos Santos, manifestou-se ponderando que, em sua avaliação, o CEDD/GO tem desenvolvido um trabalho positivo dentro das possibilidades existentes. Reconheceu, contudo, que existem falhas e que estas precisam ser identificadas e corrigidas pelo colegiado. O Vice-Presidente ressaltou a importância de evitar uma relação de contraposição entre o Conselho e os órgãos responsáveis pela execução das políticas públicas, destacando que não deve prevalecer uma lógica de “nós contra eles” ou “eles contra nós”, uma vez que esse tipo de postura pode dificultar o diálogo institucional e postergar avanços que poderiam ser alcançados por meio de uma atuação conjunta. Destacou que os progressos

na política estadual de atenção às pessoas com deficiência dependem do estreitamento das relações, da cooperação e da articulação entre o Conselho, a Gerência de Inclusão da Pessoa com Deficiência e os demais órgãos e instituições envolvidos. Nesse sentido, mencionou que o próximo ponto da pauta, referente às contribuições dos Conselhos Municipais e do CEDD/GO para o Plano Estadual de Políticas para a Pessoa com Deficiência, constitui exemplo de ação conjunta entre o Conselho, a Gerência e outros órgãos, destacando que o processo está sendo coordenado pela Gerência de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Por fim, o Vice-Presidente reconheceu que existem falhas e que o trabalho conjunto ainda pode ser ampliado, ressaltando a necessidade de estreitar as relações institucionais e contribuir para o fortalecimento da política estadual de atenção às pessoas com deficiência. Destacou que, embora o Conselho e os demais atores envolvidos possam ter realizado menos do que poderiam em determinados aspectos, é fundamental manter espírito de colaboração, desprendimento e compromisso coletivo, de modo a fortalecer a atuação conjunta e promover avanços efetivos na garantia dos direitos das pessoas com deficiência. Na sequência, o Presidente da Associação dos Surdos de Goiânia, Senhor Leonardo, cumprimentou os presentes e manifestou-se sobre a Central de Libras do Município de Goiânia, informando que o serviço, anteriormente mantido pela Prefeitura, foi encerrado e que há manifestação do atual Prefeito quanto à possibilidade de sua reabertura. Relatou possuir registro dessa manifestação e informou que aguarda os respectivos encaminhamentos e trâmites para a retomada do serviço. Em seguida, referindo-se à manifestação do Senhor Hélio Fogaça da Silva acerca da ausência de pessoas surdas nas conferências realizadas, esclareceu que a Associação não tinha conhecimento prévio dos eventos. Ressaltou a importância de que as associações sejam previamente comunicadas sobre conferências, seminários, palestras e demais atividades, de forma a assegurar a participação da comunidade surda. Por fim, ao tratar da oferta de serviços da Central de Libras de forma virtual, destacou que a comunidade surda prefere o atendimento realizado por intérpretes humanos, presencialmente, considerando as limitações das tecnologias baseadas em avatares e os desafios relacionados ao acesso à internet de qualidade. Ressaltou que muitos usuários enfrentam dificuldades para dispor de conexão adequada, o que pode comprometer a qualidade do atendimento por videoconferência, especialmente no acesso aos serviços públicos. Agradeceu o espaço concedido para sua manifestação e as contribuições ao debate. Em resposta às manifestações apresentadas, o Senhor Hélio Fogaça da Silva esclareceu que, em relação às capacitações e conferências mencionadas, houve a disponibilização de intérpretes de Libras. Informou que, durante a conferência, foram disponibilizados intérpretes na abertura e em dois grupos de trabalho, destacando a participação do Senhor Eliezer como relator e da Senhora Camila como mediadora. Ressaltou que, por se tratar da primeira experiência com a realização de conferência livre voltada à temática da criança e do adolescente com deficiência, foram buscadas parcerias e estratégias para assegurar a acessibilidade e a participação das pessoas com deficiência. Destacou a importância da articulação com os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, visando à inclusão da temática da deficiência na

construção das propostas das conferências. Informou que as propostas resultantes da atividade foram encaminhadas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Goiânia e mencionou a realização de conferências livres em outros municípios, como Senador Canedo e Aparecida de Goiânia, ressaltando a necessidade de que a pauta das crianças e adolescentes com deficiência seja contemplada nesses espaços. Registrou, ainda, a importância de ampliar o diálogo e a articulação com as comunidades e entidades representativas das pessoas com deficiência. Quanto à Central de Libras, informou que existe a perspectiva de retomada da discussão para o próximo ano, inclusive mediante a renovação de contrato ou a avaliação de alternativas para implantação do serviço. Ressaltou, contudo, a necessidade de planejamento adequado e de articulação institucional para viabilizar a medida. Em relação à questão dos fundos municipais, esclareceu que o tema vem sendo abordado nas capacitações realizadas junto aos municípios, com orientação para que sejam regulamentados os Fundos Municipais dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Informou que alguns municípios, a exemplo de São Luís de Montes Belos, Cocalzinho de Goiás e Cristalina, já estão adotando providências nesse sentido. Ressaltou que, após a regulamentação, os municípios poderão elaborar seus planos de ação e buscar, junto ao Poder Executivo e demais instâncias competentes, a definição de fontes de recursos para o financiamento das políticas públicas destinadas às pessoas com deficiência. Sobre a regulamentação do Fundo Estadual, informou que o processo vem sendo acompanhado e encontra-se em tramitação na Secretaria de Estado da Economia, após encaminhamentos pela Casa Civil e pela Procuradoria-Geral do Estado. Esclareceu que parte do processo já foi analisada e encaminhada à área competente, permanecendo pendente a manifestação da Secretaria da Economia para a continuidade dos procedimentos. Por fim, destacou a importância de fortalecer a discussão sobre a criação e regulamentação de fundos específicos para as políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência, especialmente em âmbito nacional, estadual e municipal, considerando que a existência de mecanismos próprios de financiamento contribuiria para o fortalecimento e a efetivação dessas políticas. Em seguida, colocou-se à disposição para os demais esclarecimentos. Na sequência, o Vice-Presidente, Senhor Aldenor Carneiro dos Santos, considerando que as propostas foram previamente disponibilizadas no grupo de comunicação do Conselho, ressaltou a importância de que todos os membros tivessem a oportunidade de conhecê-las. Em seguida, passou a palavra aos membros da Comissão e aos representantes do Conselho responsáveis pela matéria, solicitando que apresentassem, de forma geral, as propostas, tendo em vista o elevado número de contribuições, aproximadamente 80, o que inviabilizaria a leitura individual durante a reunião. Por fim, destacou a necessidade de apresentação das propostas para subsidiar a apreciação e deliberação do colegiado. Na sequência, a Conselheira Andréa, representante da APABB, informou que a Comissão de Políticas Públicas e o Grupo de Trabalho receberam, até a segunda-feira subsequente ao prazo inicialmente estabelecido, 14 contribuições provenientes de municípios, Conselhos de Direitos, entidades da sociedade civil e da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. Relatou que

as propostas recebidas foram sistematizadas e organizadas conforme os quatro eixos temáticos definidos para a construção do Plano Estadual de Políticas Públicas para as Pessoas com Deficiência, totalizando 84 propostas. Esclareceu que, no Eixo I – Gestão e Participação Social, foram sistematizadas 24 propostas; no Eixo II – Enfrentamento ao Capacitismo e à Violência, 10 propostas; no Eixo III – Acessibilidade e Tecnologias Assistivas, 17 propostas; e no Eixo IV – Promoção do Direito à Educação, à Assistência Social, à Saúde e aos demais Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais, 33 propostas. Destacou que a sistematização teve como objetivo organizar as contribuições recebidas e subsidiar a continuidade da construção do Plano Estadual. Na sequência, a Conselheira Elizabeth Mendes agradeceu à Comissão de Políticas Públicas, especialmente à sua Presidente, Andréia, pelo apoio durante o processo de sistematização das propostas, bem como à Conselheira Ana Paula, que não pôde participar da reunião. Agradeceu, ainda, às servidoras Jesuíta e Edilma pelo apoio na organização prévia dos documentos encaminhados ao Conselho, destacando a contribuição de ambas na identificação e organização das propostas apresentadas pelas entidades, muitas das quais encaminhadas em formato de relatórios. Relatou que as propostas foram analisadas e distribuídas nos quatro eixos temáticos, ressaltando que, apesar da complexidade do trabalho, nenhuma contribuição foi desconsiderada. Destacou a relevância das demandas apresentadas pelas entidades e a importância de que as propostas sejam incorporadas ao Plano Estadual. Ressaltou a necessidade de análise prévia das propostas pelos membros do Conselho, considerando a experiência e o conhecimento dos conselheiros acerca das políticas públicas, solicitando que todos realizem a leitura e apresentem eventuais contribuições para o aprimoramento do documento. Destacou, ainda, a necessidade de que o Plano contemple de forma transversal as especificidades das pessoas com deficiência pertencentes a diferentes grupos sociais, mencionando mulheres em situação de vulnerabilidade, pessoas idosas, população negra, comunidades quilombolas, povos indígenas e população LGBTQIA+, entre outros segmentos. Ressaltou a importância de identificar as demandas específicas dessas populações e assegurar sua inclusão nas políticas públicas destinadas às pessoas com deficiência. A Conselheira destacou também a necessidade de previsão de revisão periódica do Plano Estadual, considerando as mudanças nas políticas públicas e a inclusão de novas classificações e demandas relacionadas às pessoas com deficiência. Sugeriu que seja estabelecido prazo para revisão do Plano, mencionando, como referência, o período de cinco anos, sem prejuízo de posterior definição pelo colegiado. Ressaltou a importância da criação de mecanismo ou comissão específica para acompanhar e monitorar a execução das ações previstas no Plano, bem como a necessidade de acompanhamento dos investimentos e da disponibilidade de recursos para sua implementação. Destacou, nesse contexto, a importância da regulamentação e do fortalecimento dos fundos destinados às políticas públicas para as pessoas com deficiência. Defendeu, ainda, a inclusão de ações de formação e educação permanente para os conselheiros estaduais e municipais, ressaltando a necessidade de capacitação contínua para o conhecimento dos direitos, o acompanhamento das políticas públicas e

o exercício qualificado do controle social. Enfatizou que os Conselhos devem atuar de forma propositiva, articulada e fiscalizadora, mantendo diálogo permanente com a gestão pública. Mencionou também a importância da criação de comissões temáticas específicas no âmbito do Conselho, destinadas ao acompanhamento de políticas voltadas a diferentes segmentos da população, incluindo crianças e adolescentes, mulheres, população negra, quilombolas, indígenas e LGBTQIA+, bem como a criação de comissão voltada ao enfrentamento do capacitismo. Ressaltou que essas comissões poderiam acompanhar as políticas públicas, promover debates, fóruns e outras atividades relacionadas às respectivas temáticas. A Conselheira destacou a necessidade de maior articulação entre o Conselho e os órgãos gestores, ressaltando que os conselheiros devem representar efetivamente o Conselho não apenas nas reuniões plenárias, mas também em eventos, conferências, reuniões e demais espaços de discussão promovidos pela gestão pública e pelas entidades, com o objetivo de ampliar a escuta, acompanhar as ações desenvolvidas e trazer novas demandas e propostas ao colegiado. Ressaltou, ainda, a importância de ampliar a divulgação das ações do Conselho e propôs a criação de um sítio eletrônico institucional, contendo informações sobre o Conselho, os Conselhos Municipais ativos, as entidades cadastradas, as ações desenvolvidas e os espaços de participação social, de modo a facilitar o acesso da sociedade às informações e fortalecer a participação da comunidade. Por fim, propôs, como encaminhamento, que as propostas sistematizadas sejam disponibilizadas aos conselheiros estaduais para leitura e análise, estabelecendo-se prazo para apresentação de sugestões de aprimoramento, sem alteração do conteúdo ou descaracterização das propostas originalmente apresentadas. Destacou que esse procedimento possibilitaria uma análise mais qualificada pelo colegiado e contribuiria para o aperfeiçoamento das propostas que subsidiarão a construção do Plano Estadual de Políticas Públicas para as Pessoas com Deficiência. Na sequência, o Vice-Presidente, Senhor Aldenor Carneiro dos Santos, observou que as 84 propostas haviam sido disponibilizadas no grupo de comunicação do Conselho no dia anterior, ressaltando que o curto prazo para análise poderia dificultar uma avaliação criteriosa por parte dos conselheiros. Diante disso, apresentou, como encaminhamento da Mesa Diretiva, com a anuência da Presidente da Comissão de Políticas Públicas e das conselheiras responsáveis pela sistematização das propostas, a definição do prazo até terça-feira, 1º de setembro de 2026, para que os conselheiros encaminhassem suas contribuições e sugestões por meio do e-mail institucional do CEDD/GO. Esclareceu que o objetivo do prazo seria possibilitar a leitura, avaliação e apresentação de contribuições pelos conselheiros, visando ao aprimoramento das propostas que subsidiarão a construção do Plano Estadual. Não havendo objeções, o encaminhamento foi aprovado pela Plenária, ficando estabelecido o prazo de 1º de setembro de 2026 para o recebimento das contribuições. Na sequência, o Vice-Presidente, Senhor Aldenor Carneiro dos Santos, solicitou às conselheiras responsáveis pela sistematização das propostas que apresentassem suas considerações finais. A Conselheira Andréia reforçou o encaminhamento, orientando que os conselheiros que tivessem contribuições a apresentar deveriam indicar o respectivo eixo

e a proposta a que se referiam, encaminhando suas sugestões ao e-mail institucional do CEDD/GO, dentro do prazo estabelecido. Em seguida, a Conselheira Elizabeth Mendes reiterou a orientação, ressaltando a importância de que o documento sistematizado não fosse compartilhado externamente, uma vez que ainda se encontrava em fase de construção e análise institucional. Esclareceu que a divulgação do documento deverá ocorrer somente após sua apreciação pelas instâncias competentes e eventual aprovação oficial. Agradeceu, em nome do Grupo de Trabalho e da Conselheira Ana Paula, a confiança depositada pelo Conselho na representação institucional, destacando a relevância da experiência e do aprendizado proporcionados pelo processo. Por fim, ressaltou a importância do fortalecimento do controle social e agradeceu a participação de todoS. IV – Comunicação dos presentes: Na sequência, o Vice-Presidente, Senhor Aldenor Carneiro dos Santos, destacou a necessidade de formação continuada dos conselheiros, ressaltando a importância do conhecimento da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146/2015 e da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, como instrumentos fundamentais para o exercício das atribuições do Conselho. Informou que a proposta, já discutida no âmbito da Comissão de Estudo e Legislação, consiste na realização de momentos de formação destinados aos conselheiros, preferencialmente no início ou ao final das reuniões ordinárias, abordando, de forma gradual, dispositivos e temas da Lei Brasileira de Inclusão, com participação dos próprios conselheiros nas discussões. Ressaltou que a formação continuada contribuirá para o conhecimento integral da legislação e para o fortalecimento da atuação do Conselho na fiscalização e no acompanhamento das políticas públicas destinadas às pessoas com deficiência. Destacou que o conhecimento da legislação, das atribuições dos conselheiros e dos instrumentos de controle social constitui elemento essencial para uma atuação mais qualificada na defesa dos direitos das pessoas com deficiência. Ressaltou, ainda, a necessidade de enfrentar a fragmentação e a descontinuidade das políticas públicas, especialmente aquelas que impactam diretamente as pessoas em situação de maior vulnerabilidade. Por fim, informou que a expectativa é de que, na próxima reunião, seja apresentado um planejamento para o início das atividades de formação, contando com a participação dos conselheiros e conselheiras. Reforçou a importância do envolvimento de todos no processo, visando ao fortalecimento de um Conselho efetivo e capaz de cumprir plenamente suas atribuições institucionais. A Conselheira Andréia, representante da APABB, convidou os conselheiros, entidades e associações presentes para participarem do evento alusivo ao Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, a ser realizado em 22 de setembro, no prédio do Banco do Brasil, na Avenida Goiás, em Goiânia. Informou que a programação contará com painéis e eixos temáticos, além da participação do Presidente do CONADE, Senhor Roberto Chiné. Ressaltou que o evento é uma iniciativa conjunta da APABB, da Comissão da Pessoa com Deficiência da OAB e da Fundação Banco do Brasil, convidando todos a participarem. A Conselheira Berlânea convidou os conselheiros e conselheiras para participarem do evento em comemoração ao aniversário da AMDASGO, a realizar-se no dia 26 de setembro de

2026, às 19 horas, na sede da entidade. O Conselheiro Eliezer Rangel informou que participará, em Brasília, da apresentação de seu Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, referente à especialização na área de qualificação e cuidado das pessoas com deficiência na rede de atendimento. Destacou que a formação evidenciou desafios recorrentes em diferentes regiões do País, especialmente quanto às barreiras de acessibilidade e às dificuldades de acesso das pessoas com deficiência aos serviços públicos de saúde. Ressaltou que, apesar dos avanços, ainda persistem barreiras que comprometem a efetivação dos direitos e das políticas de acessibilidade, reforçando a importância da continuidade das ações em defesa das pessoas com deficiência. V – Encerramento; Nada mais havendo a tratar, o Vice-Presidente Aldenor Carneiro dos Santos, declarou encerrada a 30ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Goiás – CEDD/GO, às 15h18min. Para constar, eu, Edilma Sales dos Santos, Secretária Executiva do CEDD/GO, lavrei a presente ata, que será submetida à apreciação e aprovação da plenária, que será assinada por mim, pelo Presidente e por um(a) Conselheiro(a). Goiânia, 26 de agosto de 2026.

gov.br Documento assinado digitalmente
EDILMA SALES DOS SANTOS
Data: 13/10/2026 15:01:45-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Edilma Sales dos Santos
Secretária Executiva do CEDD/GO

ALDENOR CARNEIRO DOS SANTOS:02099992762
Assinado de forma digital por ALDENOR CARNEIRO DOS SANTOS:02099992762
Dados: 2026.10.12 23:00:34 -03'00'

Aldenor Carneiro dos Santos
Vicer-Presidente do CEDD/GO

gov.br Documento assinado digitalmente
CAIRO JOSE GUIMARAES
Data: 13/10/2026 10:45:41-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Conselheiro(a) do CEDD/GO

CEDD-GO
Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência

LISTA DE PRESENÇA

30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEDD/GO BIÊNIO 2026/2027

26 DE AGOSTO DE 2026 / 14h

(VIRTUAL)

CONSELHEIRO	TITULAR / SUPLENTE	POLÍTICA/ÓRGÃO	ASSINATURA
Wilma Aparecida Duarte de Melo	TITULAR	Política Estadual de Assistência Social/SEDS/SUAS	PRESENTE
Aparecida de Fátima de Oliveira	SUPLENTE	Política Estadual de Assistência Social/SEDS/SUAS	
Anna Maria Silva Beghelli	TITULAR	Política Estadual da Criança, Adolescente e Juventude/SUCAJ/SEDS	
Renilton Borges Santana	SUPLENTE	Política Estadual da Criança, Adolescente e Juventude/SUCAJ/SEDS	
Weberson de Oliveira Morais	TITULAR	Política Estadual de Educação/SEDUC-GO	
Andreia Lino do Carmo Bessa	SUPLENTE	Política Estadual de Educação/SEDUC-GO	
Patrícia Gomes Fleuri Cunha	TITULAR	Política Estadual de Desenvolvimento e Inovação/SECTI (SEDI-GO)	PRESENTE
Ana Paula da Costa Oliveira	SUPLENTE	Política Estadual de Desenvolvimento e Inovação/SECTI (SEDI-GO)	PRESENTE
Terita Michele da Silva Ferreira	TITULAR	Política Estadual de Desportos e Lazer/SEEL-GO	
Thelma Tavares de Araújo Santos	SUPLENTE	Política Estadual de Desportos e Lazer/SEEL-GO	

CEDD-GO
Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência

LISTA DE PRESENÇA

30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEDD/GO BIÊNIO 2026/2027

26 DE AGOSTO DE 2026 / 14h

(VIRTUAL)

CONSELHEIRO	TITULAR / SUPLENTE	POLÍTICA/ÓRGÃO	ASSINATURA
Sweyka Brandão	TITULAR	Política Estadual de Cultura, Juventude e Turismo/ SECULT-GO	PRESENTE
Sheilla Cláudia Ribeiro	SUPLENTE	Política Estadual de Cultura, Juventude e Turismo/ SECULT-GO	
Camila Inácia da Mata Marques	TITULAR	Política Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável / SEMAD-GO	**PRESENTE**
Reginaldo Moreira dos Santos	SUPLENTE	Política Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável / SEMAD-GO	
Juarez Souza Reis Rosa	TITULAR	Política Estadual de Orçamento e Finanças Públicas/ ECONOMIA-GO (SEFAZ-GO)	
Ailton Rocha da Silva	SUPLENTE	Política Estadual de Orçamento e Finanças Públicas/ ECONOMIA-GO (SEFAZ-GO)	**PRESENNTE**
Suely Marques Rosa	TITULAR	Política Estadual de Saúde - GAE/SPAIS/SES-GO	
Rosa Maria Martins Viera	SUPLENTE	Política Estadual de Saúde - GAE/SPAIS/SES-GO	
Ana Paula de Carvalho Ferreira Fernandes	TITULAR	Política Estadual Planejamento e Desenvolvimento / ECONOMIA-GO (SEGPLAN-GO)	
Nancy Oliveira Santana	SUPLENTE	Política Estadual Planejamento e Desenvolvimento / ECONOMIA-GO (SEGPLAN-GO)	

CEDD-GO
Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência

LILISTA DE PRESENÇA

30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEDD/GO BIÊNIO 2026/2027

26 DE AGOSTO DE 2026 / 14H

(VIRTUAL)

CONSELHEIRO	TITULAR / SUPLENTE	POLÍTICA/ÓRGÃO	ASSINATURA
Glaucia Carneiro Gonçalves Costa	TITULAR	Política Estadual do Trabalho, Geração de Emprego e Renda/GERÊNCIA SINE/SEC. DA RETOMADA	
	SUPLENTE	Política Estadual do Trabalho, Geração de Emprego e Renda/GERÊNCIA SINE/SEC. DA RETOMADA	
Edimar Alves Borges	TITULAR	Política Estadual de Transportes/GOINFRA (AGETOP)	
Verena Lustoza Silva	SUPLENTE	Política Estadual de Transportes/GOINFRA (AGETOP)	
Hélio Fogaça da Silva	TITULAR	Política Estadual de Atenção ao Deficiente – SEDS /GEPDPD	PRESENTE
Warleysclene da Silva Santos	SUPLENTE	Política Estadual de Atenção ao Deficiente – SEDS /GEPDPD	PRESENTE
Audier Silva Gomes	TITULAR	Política Estadual de Turismo	PRESENTE
	SUPLENTE	Política Estadual de Turismo	
Berlânia Sandra Gonçalves	TITULAR	Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Auditiva – AMDASGO	PRESENTEPRESENTE
Bruno de Faria Silva	SUPLENTE	Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Auditiva – AMDASGO	

CEDD-GO
Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência

LISTA DE PRESENÇA

30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEDD/GO BIÊNIO 2026/2027

26 DE AGOSTO DE 2026 / 14H

(VIRTUAL)

CONSELHEIRO	TITULAR / SUPLENTE	POLÍTICA/ÓRGÃO	ASSINATURA
Henrique da Silva Machado	TITULAR	Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Auditiva – ASG	
Otávio Oliveira Neto	SUPLENTE	Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Auditiva – ASG	PRESENTE
Késia da Silva Caixeta	TITULAR	Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Física – Instituto Nanismo	
Linda Lúcia Arantes	SUPLENTE	Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Física – ADFEGO	
Elizabeth Mendes Ramos	TITULAR	Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Física – AOG-GO	PRESENTE
Maria Goreti da Silva Rodrigues	SUPLENTE	Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Física – AOG-GO	PRESENTE
Mary Milane Pena Nedino	TITULAR	Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Intelectual – FEPESTALOZZI (Federação das Associações Pestalozzi do Estado de Goiás)	PRESENTE
Lourdes Aparecida da Silva	SUPLENTE	Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Intelectual - FEAPAES (Federação das APAES - s)	
Andrea Gutierres Mesquita Gonçalves	TITULAR	Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Intelectual – APABB	PRESENTE
João de Deus de Farias Campos Júnior	SUPLENTE	Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Intelectual - APABB	

CEDD-GO
Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência

LISTA DE PRESENÇA

30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEDD/GO BIÊNIO 2026/2027

26 DE AGOSTO DE 2026 / 14H

(VIRTUAL)

CONSELHEIRO	TITULAR / SUPLENTE	POLÍTICA/ÓRGÃO	ASSINATURA
Aldenor Carneiro dos Santos	TITULAR	Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Visual – ADVEG	**PRESENTE**
Marília Martins de Sousa	SUPLENTE	Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Visual – ADVEG	
Sirlon de Almeida dos Santos	TITULAR	Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Visual – ADVEG	
Júlio César Silva do Vale	SUPLENTE	Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Visual – ADVEG	
Carlos Eduardo Alves e Souza	TITULAR	Representante das Entidades Não Governamentais Prestadoras de Serviço às Pessoas com Deficiência – VILA SÃO COTTOLENGO	PRESENTE
Eliezer Rangel Cordeiro	SUPLENTE	Representante das Entidades Não Governamentais Prestadoras de Serviço às Pessoas com Deficiência – AGIR/TEA	PRESENTE
Cairo José Guimarães	TITULAR	Representante da Ordem dos Advogados do Brasil – SEÇÃO GOIÁS/OAB-GO	PRESENTE
Rondinelio da Costa Silverio	SUPLENTE	Representante da Ordem dos Advogados do Brasil – SEÇÃO GOIÁS/OAB-GO	

CEDD-GO
Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência

LISTA DE PRESENÇA

30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEDD/GO BIÊNIO 2026/2027

26 DE AGOSTO DE 2026 / 14H

(VIRTUAL)

CONSELHEIRO	TITULAR / SUPLENTE	POLÍTICA/ÓRGÃO	ASSINATURA
Roger Danillo Barcellos Santos Medeiros	TITULAR	Representante do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA	**PRESENTE**
Maria do Socorro de A. Nascimento	SUPLENTE	Representante do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA	

CEDD-GO
Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência

LLISTA DE PRESENÇA

30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEDD/GO BIÊNIO 2026/2027

26 DE AGOSTO DE 2026 / 14H

(VIRTUAL)

VISITANTE	TELEFONE / CELULAR	ÓRGÃO	ASSINATURA
Bianca Rabelo Nunes		INTÉRPRETE DE LIBRAS	PRESENTE
Helena Vitória Sene dos Santos		INTÉRPRETE DE LIBRAS	PRESENTE
Catharina Ramos Caiado Caixeta		TRIBUNAL DE CONTAS – TCM/GO	PRESENTE
Leonardo Andre Silva Rasmussen		PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS SURDOS DE GOIÂNIA - ASG	PRESENTE
Januário Pereira do Couto		Presidente da ACELGO	PRESENTE
Janielly Moscôso		Conselho do direito da pessoa com deficiência do município de Cristalina/GO	PRESENTE
Maria Auxiliadora da Silva Sousa		Presidente do Conselho de Minaçu/GO	PRESENTE
Lorena Pinheiro de Bastos Moura		Presidente da Associação Visão Monocular de Goiás/AVMGO	PRESENTE

LISTA DE PRESENÇA

30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEDD/GO BIÊNIO 2026/2027

26 DE AGOSTO DE 2026 / 14H

(VIRTUAL)

SERVIDOR	FUNÇÃO	ASSINATURA
Edilma Sales dos Santos	Assistente Administrativo do CEDD/GO	PRESENTE
Jesuíta Socorro Silva	Assistente Administrativo do CEDD/GO	PRESENTE
Mauricio Marinho de Jesus	Assistente Administrativo do CEDD/GO	FERIAS